

Expressões de empatia em homens acusados de abuso sexual infantil

Andreína da Silva Moura
Sílvia Helena Koller

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil*

RESUMO

O objetivo deste estudo foi investigar a presença/ausência de empatia em homens acusados de abuso sexual contra crianças, segundo seu autorrelato. Participaram deste estudo cinco homens com idades entre 37 e 73 anos, acusados de cometer abuso sexual contra crianças de até 13 anos. Os instrumentos utilizados foram uma ficha biosociodemográfica e uma entrevista semiestruturada. As perguntas que avaliaram a empatia indagavam como os participantes se sentiam diante de vários comportamentos de crianças. As entrevistas foram realizadas individualmente, em uma única sessão e os dados foram analisados segundo a análise de conteúdo de Bardin. Os participantes forneceram respostas empáticas (que focalizaram os sentimentos das crianças), respostas pragmáticas (sem e expressão de sentimentos), respostas de angústia pessoal que focalizaram os sentimentos negativos dos participantes e respostas com sentimentos positivos (focadas nos sentimentos positivos dos próprios participantes). Conclui-se que os participantes possuem habilidade empática geral.

Palavras-chave: Abuso sexual; homens acusados de abuso sexual; empatia.

ABSTRACT

Expressions of empathy in men accused of child sexual abuse

The aim of this research was to investigate presence/absence of empathy expressions in men accused of sexual abuse against children, according to their self-reports. The study has been carried out with five participants, aged from 37 to 73 years old, accused of sexual abuse against children with up to 13 years. A bio-social-demographic protocol and a semi-structuralized interview were applied to participants. Questions accessed empathy asked how participants feeling about some situations involved children. The interviews were accomplished individually, in a single session. The participants' answers were categorized by their content. Four kinds of answers were given: answers had focus on empathy (focus on children feelings), pragmatic answers (without expression of feelings), answers of personal distress (focused on bad feelings of the participants) and answers of positive feelings (focused on positive feelings of the participants). The participants maintain traces of general empathy.

Keywords: Child sexual abuse; men accused of sexual abuse; empathy.

RESUMEN

Expresiones de empatía en hombres acusados de abuso sexual infantil

El objetivo de esta investigación es investigar presencia/ausencia de empatía en hombres acusados de abusos sexuales contra niños, según su propio relato. El estudio se ha realizado con cinco participantes, con edad entre 37 a 73 años, acusados de abusos sexuales contra niños de hasta 13 años. Un protocolo bio-social-demográfico y una entrevista semi-estructurada fueron aplicados a los participantes. Las preguntas cuales evaluaron a la empatía cuestionaron cómo los participantes se sentían frente diversos padrones comportamentales de niños. Las entrevistas fueron realizadas individualmente, en solo una sesión, y las informaciones fueron analizadas según la análisis de contenido de Bardin. Cuatro clases de respuestas fueron dadas: las respuestas empáticas (basadas en sentimientos de los niños), respuestas pragmáticas (sin expresión de sentimientos), respuestas de angustia personal cuales señalaron sentimientos negativos de los participantes y respuestas con sentimientos positivos (basadas en los malos sentimientos de los participantes). Concluimos que los participantes poseen habilidad empática general.

Palabras clave: Abuso sexual; hombres acusados de abuso sexual; empatia.

O objetivo deste estudo foi investigar a presença/ausência de empatia em homens acusados de abuso sexual contra crianças, segundo seu autorrelato. Estudos sobre empatia de uma maneira geral são importantes pelo papel central que esta habilidade assume no desenvolvimento moral e social, estando positivamente correlacionada com comportamentos pró-sociais (Eisenberg e Miller, 1990). Por outro lado, segundo Feshbach (1990), a empatia pode ser relacionada negativamente aos comportamentos abusivos de adultos contra crianças, pois quando em menor escala, ela configura-se como um indicador prévio para a ocorrência deste tipo de violência.

A violência sexual contra crianças vem sendo considerada um problema de saúde pública. No Brasil, estima-se que cerca de 30% da população sofra algum tipo de abuso sexual em algum momento de suas vidas (Picazio, 1998; Silva, 2002). Contudo, este índice é apenas uma estimativa, pois ainda há subnotificação de casos (La Fond, 2005). Há escassez de dados sobre abusadores no Brasil no que diz respeito as suas características psicológicas e emocionais. O presente estudo ao investigar a presença/ausência de empatia em abusadores sexuais contribui, assim, para a diminuição desta lacuna e promove o entendimento sobre este importante protagonista da cena abusiva. Seus resultados podem servir para subsidiar programas de prevenção à violência sexual contra crianças.

CONCEITO DE EMPATIA

Na perspectiva de Eisenberg (2002), empatia é uma resposta afetiva, que resulta de compartilhar a percepção emocional de outra pessoa. Expressar empatia é “sentir com” o outro. Tal reação afetiva pode ocorrer como resposta a indicações concretas percebidas do estado emocional alheio (tais como as expressões faciais), ou como consequência do reconhecimento de pistas indiretas desses estados emocionais (perceber a natureza da situação problemática a qual o outro está sofrendo). Então, pode-se definir a empatia como a resposta emocional que se origina da percepção do estado ou condição emocional de outrem e que é congruente com esse estado ou condição. A empatia, no entanto, pode não levar a pessoa a sentir o mesmo incômodo emocional de outro. Pode-se simplesmente, por exemplo, perceber a situação como semelhante a uma já ocorrida antes, e então reconhecer que aquele tipo de situação pode causar sofrimento. Ao compreender o estado emocional do outro, os seres humanos são capazes de entender os prejuízos ou danos que seus comportamentos causam em seus semelhantes (Johnson, 2006).

Alguns pontos importantes precisam ser explicados para que se compreenda mais claramente a conceituação de empatia. Um deles se relaciona ao grau de diferenciação eu-outro. Eisenberg e Strayer (1990) afirmam que em estágios mais precoces do desenvolvimento não há tal diferenciação. Desta forma, crianças podem sentir afetos gerados pelo reconhecimento irrefletido dos estados emocionais dos outros, sem ter consciência de que esse estado não tem a ela própria como fonte. Assim, nessas etapas, ainda não haveria empatia propriamente dita, existindo apenas um estado precursor. A empatia em si se configuraria apenas quando já um grau mínimo de diferenciação eu-outro, que permita que a pessoa reconheça que os estados emocionais não são originados da sua própria situação (Eisenberg e Strayer, 1990). Quando há a completa diferenciação eu-outro, a empatia propriamente dita se desenvolve. Segundo Johnson (2006), a empatia possui três aspectos: um de reconhecimento cognitivo, o reconhecimento emocional e a demonstração através do comportamento. O reconhecimento cognitivo refere-se a compreensão cognitiva da definição e conceito de empatia. Isto envolve compreender em termos cognitivos o que é ser vítima de algum tipo de ato ofensivo. O reconhecimento emocional refere-se a capacidade de identificar o medo, a vergonha, angústia entre outros sentimentos negativos que um determinado comportamento pode gerar em terceiros. Já a demonstração comportamental relaciona-se a exteriorização do reconhecimento emocional e cognitivo. Isto significa que a empatia deve ser colocada em prática através da demonstração dos sentimentos e crenças morais (Johnson, 2006).

Os construtos “solidariedade” e “angústia pessoal”, embora relacionados à empatia, devem ser diferenciados entre si. A solidariedade seria um estado posterior à empatia, pois define a situação na qual uma pessoa se preocupa em aliviar o sofrimento do outro, por percebê-lo. Contudo, segundo Eisenberg e Strayer (1990), a solidariedade (assim como a empatia) podem ser fruto de processos cognitivos, tais como a tomada de perspectiva do ponto de vista do outro. Nota-se assim, que a empatia possui tanto um componente afetivo (sentir com o outro) quanto cognitivo (tomar o ponto de vista do outro para si). A angústia pessoal ocorre quando as pessoas percebem o sofrimento do outro que origina um estado aversivo e de ansiedade e preocupação que pode levar a reações ou preocupações auto-orientadas e egoístas (Eisenberg e Strayer, 1990). Experimentar angústia pessoal frente ao sofrimento do outro, para Batson (1987) pode orientar as pessoas a desejarem apenas o alívio de seu próprio estado aversivo. A angústia pessoal diferenciar-se-ia da empatia, pois a última não se associa nem a uma resposta egoísta,

mas uma a uma orientada para a outra pessoa. Já a solidariedade se diferenciaria da angústia pessoal, pois a primeira claramente seria uma resposta orientada para o alívio do sofrimento do outro enquanto a segunda seria egoísta e auto-orientada. A angústia pessoal pode ser um estado precursor no desenvolvimento da empatia, pois em estágios precoces, o sentimento empático pode ser sentido como um estado aversivo, que leva o indivíduo a focalizar-se no seu próprio sentimento (Eisenberg e Strayer, 1990). Contudo, ao longo do tempo, é também provável (e esperado) que um processo de empatia genuíno leve este mesmo indivíduo a centrar-se na experiência emocional do outro. Entretanto, quando a angústia pessoal ocorre em estágios mais avançados do desenvolvimento, não há nenhuma vinculação com a empatia, pelas diferenças já explicadas anteriormente. Com o que foi descrito até o momento, nota-se que a capacidade empática é uma variável que se modifica e acompanha o desenvolvimento emocional, social e cognitivo. Na seção seguinte, são apresentados alguns estudos acerca da empatia em abusadores sexuais de crianças.

PROCESSOS EMPÁTICOS EM ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS

Avaliar a capacidade empática de adolescentes que cometeram agressão sexual é importante, para entender como percebem as necessidades e os sentimentos das crianças em geral. Tal avaliação justifica-se também pelo fato de a empatia estar correlacionada negativamente com abuso contra crianças (Feshbach, 1990). Alguns autores (Pithers, 1999; Webster e Beech, 2000) sugerem que abusadores sexuais apresentam déficits em sua capacidade empática, o que atuaria como facilitador para a prática de abusos (para uma revisão ver Blake e Gannon, 2008).

Para verificar o pressuposto de que abusadores sexuais possuem um déficit em sua capacidade empática, Burke (2001) realizou uma pesquisa com 46 adolescentes, 23 que cometeram agressão sexual (contra crianças e contra adultos) e 23 que não cometeram. Foi usada uma escala de 28 itens que continha quatro subescalas: a primeira para mensurar a compreensão do ponto de vista do outro; a segunda para verificar a experiência afetiva de sentir compaixão pela angústia do outro; a terceira para avaliar a capacidade de se identificar com personagens fictícios em filmes, livros e peças; e a quarta para avaliar angústia pessoal frente ao sofrimento do outro. Os resultados mostraram diferença significativa no escore total da escala, demonstrando que os abusadores tiveram índices de empatia menores que os não-abusadores. Nas subescalas que mensuravam a compreensão do ponto de vista do outro

e a experiência afetiva de sentir compaixão pelo outro, houve diferença significativa entre os grupos, com o grupo de abusadores demonstrando menores índices em ambas. Nas outras duas subescalas, não houve diferença entre os grupos. Segundo Burke (2001), os resultados mostram que o grupo de abusadores mostrou déficits tanto no componente cognitivo (compreensão do ponto de vista alheio) quanto no afetivo (sentir compaixão pelo outro). As diferenças de resultados entre as subescalas podem ser explicadas pelo fato de que naquelas em que a identificação do participante ocorria como um personagem fictício e aquela que mensurava angústia pessoal, não havia necessidade de se avaliar o estado emocional do outro diretamente, havendo uma focalização maior no ponto de vista dos próprios participantes sobre o sentimento dos outros. Os índices nestas duas últimas subescalas foram semelhantes nos dois grupos, pois não havia necessidade de o grupo de abusadores demonstrar empatia genuína, mas apenas os seus próprios sentimentos e pontos de vista. Contudo, nas outras duas subescalas nas quais havia a necessidade de avaliação direta do estado afetivo de outrem, o grupo de abusadores demonstrou menores índices, justamente pela dificuldade de sentir com o outro, e, portanto, de analisar a situação segundo o estado emocional de um terceiro.

Um estudo com 88 abusadores tinha por objetivo verificar a relação entre empatia e versatilidade criminal dos participantes (Smallbone, Wheaton e Hourigan, 2003). Para tanto, nas análises, os agressores foram divididos em dois grupos: os que haviam cometido algum crime não-sexual e aqueles que haviam cometido apenas crimes sexuais. Uma escala foi usada para mensurar o nível de empatia geral dos participantes. Foi verificado, que o grupo com apenas agressões sexuais não apresentou déficits de empatia ao contrário do grupo com maior versatilidade criminal que demonstrou tal déficit.

Pithers (1999), em estudo com dois grupos de abusadores sexuais, um de crianças e outro constituído de homens que haviam abusado de mulheres adultas, investigou se o estado de humor dos participantes poderiam influenciar sua capacidade empática. Cada um dos grupos tinha 15 integrantes. Para analisar os humores, os pesquisadores perguntavam aos participantes qual era o humor deles nos momentos anteriores aos atos de abuso e qual era o humor que eles experimentavam comumente em seus cotidianos. Após a identificação desses estados, os participantes eram instruídos a avisar aos pesquisadores, em dois momentos diferentes, quando eles experimentavam os dois tipos de humor, para que o instrumento de empatia fosse aplicado. A escala usada neste estudo foi a mesma descrita no estudo anterior. Contudo, neste estudo

foram usadas apenas a escala geral, a que mensurava o ponto de vista do outro (componente cognitivo) e a que mensurava a capacidade de sentir compaixão pela experiência do outro (componente afetivo). Os resultados demonstraram que o grupo de agressores sexuais de mulheres apresentou um maior declínio no índice geral de empatia quando experimentavam os sentimentos aversivos associados aos momentos anteriores ao abuso. Segundo Pithers (2001), este maior declínio relaciona-se ao tipo de humor experimentado, pois os agressores sexuais de mulheres sentiam raiva e os abusadores sexuais infantis sentiam tristeza e solidão. Assim, a raiva atuaria como um maior obstáculo aos sentimentos empáticos. Foi verificado também que a redução no índice da capacidade empática esteve mais relacionada ao componente afetivo que ao cognitivo, do que se conclui que a alteração de humor não prejudica a capacidade cognitiva de perceber o estado emocional do outro, mas altera a capacidade emocional de intuir tal estado.

Em outro estudo, Monto et al. (1998) entraram em desacordo com o estudo de Burke (2001). A pesquisa foi realizada com 84 adolescentes que cometeram abuso sexual, que estavam sob tratamento, e 111 não-abusadores. O instrumento utilizado continha perguntas tais como “Você, às vezes, se preocupa com outras pessoas que estão com problemas?”, para as quais os participantes poderiam responder afirmativamente ou não. Os resultados não demonstraram diferença significativa entre os grupos com relação à empatia. As respostas foram também controladas para desejabilidade social nos dois grupos. A correlação entre empatia e desejabilidade social foi negativa no grupo de abusadores, ao contrário do grupo de não-abusadores, no qual essa correlação foi positiva. A ausência de diferença significativa entre os grupos de abusadores e não-abusadores com relação às suas capacidades empáticas poderia ter sido influenciada, segundo afirmam Monto et al. (1998), pelo tratamento ao qual os abusadores estavam submetidos. Assim, foi mensurado o tempo que o abusador estava exposto ao tratamento, para verificar se um período maior de exposição estava associado a maiores índices de empatia. No entanto, não houve correlação entre o tempo de tratamento e o nível de empatia. A falta de empatia, portanto, foi interpretada por Monto, et al. (1998), como não estando associada ao cometimento de abuso sexual. Contudo, o que pode ter ocorrido nesta amostra seria um déficit de empatia direcionado às vítimas de cada um dos abusadores, e não a uma deficiência geral de empatia (Monto et al., 1998).

Como foi verificado nessa breve revisão, os resultados dos estudos sobre empatia em abusadores sexuais não são conclusivos, principalmente no que diz respeito aos níveis gerais de empatia. A discussão mais atual res-

salta que o déficit de empatia com vítimas específicas pode estar relacionado não a uma incapacidade geral na empatia, mas à supressão de sentimentos empáticos no momento do abuso (Pithers, 1999). Frente a estas considerações teóricas, o presente estudo visou a avaliar um grupo de abusadores sexuais de crianças utilizando um método de entrevista semiestruturada com autorrelato, que investiga a presença/ausência de empatia.

MÉTODOS

Contextualização

Este estudo faz parte de uma pesquisa maior que tinha por objetivo investigar as relações que abusadores sexuais com crianças ao longo da vida e características psicológicas como empatia, entre outros. A coleta de dados foi realizada no Ambulatório do Departamento de Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, serviço para o qual os participantes foram encaminhados compulsoriamente pela justiça, para que fosse realizada avaliação psicológica em decorrência da denúncia de abuso sexual contra eles.

Participantes

Cinco homens com idades entre 37 e 73 anos, acusados de abusar de crianças de até 13 anos de idade, participaram deste estudo. As acusações variaram do toque ao intercurso sexual completo. Quatro dos participantes foram encaminhados compulsoriamente pela justiça e um deles buscou espontaneamente ser avaliado. Dois participantes eram analfabetos, dois concluíram o ensino médio e um concluiu apenas o ensino fundamental. A renda familiar variou de um a três salários mínimos e um deles não possuía renda familiar por estar em privação de liberdade na época da coleta de dados. Segue um breve relato sobre cada um dos participantes. Os nomes dos participantes são fictícios para resguardo de suas identidades.

Caso Marcos

Marcos tinha 38 anos e estava preso na época da pesquisa devido à acusação de abuso sexual contra sua filha biológica, de dez anos. Ele informa não ter cometido “nem esse nem qualquer outro tipo de violência contra ela”. Ele já havia sido preso anteriormente, acusado de abusar de seu enteado, mas foi absolvido da acusação. Aparentou estar pouco à vontade durante a entrevista, sempre olhando para baixo. Falou apenas o necessário para responder as perguntas.

Caso Osmar

Osmar tinha 73 anos, é estrangeiro e vive no Brasil há 35 anos. Já foi acusado várias vezes e a última vítima declarou que Osmar tinha tocado sua genitália

em troca de presentes e dinheiro. Quando este fato foi denunciado, uma das filhas adultas de Osmar revelou que ele havia cometido abuso sexual contra ela na infância. Ele já havia sido acusado informalmente, por uma de suas noras, por observar uma de suas netas enquanto ela tomava banho. A ex-esposa de Osmar expôs também que a vinda dele do país de origem para o Brasil ocorreu em virtude da acusação de estupro da filha de sua primeira esposa. Foi evasivo com relação às perguntas, relatando aspectos que não estavam associados diretamente a elas.

Caso Flávio

Flávio tinha 37 anos quando a entrevista foi realizada. Havia sido preso, em decorrência da acusação de abuso sexual de sua enteada de 13 anos. A menina afirmou que o padrasto estava sob o efeito do álcool. Quando foi à delegacia para prestar depoimento, Flávio admitiu que tentou violentar sexualmente a vítima. Contudo, posteriormente negou que tenha feito tal afirmação na delegacia. Declarou que as policiais que ouviram seu depoimento estavam emocionalmente perturbadas e que, portanto, compreenderam erroneamente as afirmações. Na época da pesquisa estava em liberdade provisória. Flávio não parecia estar à vontade, observando um relógio na parede durante quase toda a entrevista e respondendo apenas o necessário para responder as perguntas. Algumas vezes demonstrou hostilidade, principalmente quando foi questionado sobre algum aspecto da acusação de abuso sexual. Outras vezes hesitou em responder e, em vários momentos, se contradisse sobre vários aspectos de sua vida.

Caso Francisco

Quando Francisco, 37 anos, chegou até o Ambulatório de Genética, a denúncia de abuso sexual ainda não havia se transformado em processo judicial. Buscou o serviço por vontade própria, para atendimento psicológico, com queixas de dificuldade de sono, irritabilidade e sentimentos de culpa, que segundo ele começaram após o relacionamento com sua afilhada de 13 anos. Também segundo ele, os encontros com ela aconteceram sete vezes no período de um mês. Para Francisco, as relações sexuais entre eles foram consentidas por ela. Francisco tinha um semblante cansado no início da entrevista. Apesar disso, mostrou-se loquaz e cooperativo ao responder às perguntas, acrescentando informações detalhada sem que isso lhe fosse solicitado. Demonstrou segurança ao responder em todos os questionamentos que lhe foram dirigidos.

Caso Paulo

Paulo tinha 70 anos e foi acusado de abusar frequentemente de sua filha de 14 anos. Apesar de a

denúncia só ter acontecido alguns meses antes dessa pesquisa, havia indícios de que abuso vinha acontecendo há alguns meses, pois pessoas próximas da vítima revelaram que a menina apresentava comportamentos hipersexualizados, o que poderia ser um indicador de vitimização sexual. Paulo negou que fosse suspeito de abusar sexualmente de sua filha, afirmando que a acusação que pesava sobre ele era de que usava a filha para aliciar outras meninas menores de idade com o objetivo de manter relações sexuais com elas. Ele se declarou inocente tanto de uma quanto da outra acusação. Paulo aparentava estar disposto a responder as perguntas no início da entrevista. Contudo, em vários momentos mostrou uma tentativa de manipular as respostas e em outros momentos, evitou respondê-las.

Instrumentos

Foram utilizadas uma ficha biosociodemográfica e uma entrevista semiestruturada que continham as seguintes questões sobre empatia: “O que você sente quando vê uma criança dormindo?”, “O que você sente quando vê uma criança brincando?”, “O que você sente quando vê uma criança chorando?” e “O que você sente quando vê uma criança gritando?”. Apesar de as perguntas não se referirem diretamente ao estado emocional da criança, as perguntas permitiam avaliar os sentimentos que os comportamentos das crianças suscitavam neles, possibilitando a análise dos processos relacionados à empatia.

Procedimentos

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Após a aprovação, cada um dos participantes foi recrutado no serviço de avaliação psicológica, encaminhados em decorrência de abuso sexual prévio. Assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram marcadas para realização individual, em única sessão com cerca de duas horas. Foram aplicadas a ficha biosociodemográfica e a entrevista semiestruturada e em seguida foi dada a oportunidade para que os participantes falassem sobre o que eles desejassem favorecendo uma finalização positiva. As entrevistas foram gravadas e realizadas por dois pesquisadores treinados.

RESULTADOS

Para avaliar a presença/ausência de empatia dos abusadores suas respostas foram submetidas à análise do conteúdo, fundamentando-se em categorias *a posteriori*, de acordo com os critérios adotados por Bardin (1979). Utilizou-se a modalidade temática, que

visou a apreender tanto o conteúdo quanto à lógica de cada uma das respostas.

As seguintes categorias de resposta foram identificadas: pragmática; empática; sentimentos positivos; e angústia pessoal. As respostas pragmáticas foram aquelas nas quais houve uma definição utilitária e objetiva da situação, sem a expressão de sentimentos. As respostas empáticas enfatizaram o estado emocional da criança, expressando a capacidade de partilhar e perceber o mesmo sentimento dela. Essas respostas necessariamente expressaram a habilidade dos participantes saírem de seus próprios pontos de vista e tomarem a perspectiva da criança. Aquelas que enfatizaram respostas com sentimentos positivos incluíam os sentimentos dos próprios participantes, congruentes com o estado emocional da criança, sem, no entanto, se referirem diretamente à condição emocional dela. As respostas de angústia pessoal expressaram exclusivamente o estado emocional aversivo do participante. A seguir, cada uma dessas categorias aparece exemplificada de acordo com as perguntas feitas aos participantes. Destaca-se que neste estudo só se pode avaliar o aspecto de reconhecimento cognitivo e emocional.

O que você sente quando vê uma criança dormindo?

Resposta Pragmática

Um dos participantes quando indagado nesta questão citou que “É uma criança dormindo” (Francisco, 37 anos), ou seja, a resposta sugere uma definição prática, sem expressão de sentimentos, mostrando na qual se utiliza os termos da própria pergunta. Não foi expresso nenhum tipo de sentimento empático, se considerado que a empatia é “sentir com” o outro (Eisenberg e Strayer, 1990).

Resposta Empática

Outro participante disse que a criança por estar dormindo, “ela tá em paz” (Flávio, 37 anos). Nesse caso, o participante inferiu o estado emocional da criança que dorme, revelando capacidade de apresentar uma resposta empática, ou seja, cujo conteúdo indica a percepção do estado emocional de outrem (Eisenberg e Strayer, 1990).

Em outra resposta, um deles apesar de afirmar “Eu não sinto nada” (Osmar, 73 anos), comentou, posteriormente, que “Simplesmente deixo dormir, porque estava cansada, sinto que é uma necessidade da criança porque deve estar cansada”. Essas afirmações revelam que esses homens são capazes de perceber os estados emocionais das crianças (nesses casos, “estar paz” ou “estar cansada”), através de pistas do seu comportamento (dormir) e que, portanto, são

empáticos, de acordo com a definição de Eisenberg e Strayer (1990).

O que você sente quando vê uma criança brincando?

Resposta Empática

Um dos entrevistados citou também que “Eu me sinto que estando brincando, tá com saúde” (Paulo, 70 anos), respostas na qual se nota que o participante é capaz de perceber o estado da criança.

Resposta Pragmática

Um dos participantes afirmou: “Que ela tá brincando” (Flávio, 37 anos), reiterando, mais uma vez, uma resposta utilitária sem a expressão de sentimentos.

Resposta de Angústia Pessoal

Outras respostas enfatizaram apenas o estado emocional do entrevistado que afirmou: “Isso varia um pouco do tipo de brincadeira, né. Tem algumas brincadeiras que me irritam um pouco, mas dependendo se for uma brincadeira calma, que não fizer muito barulho assim eu acho legal. Gosto. Ah, gritaria, correria. Essas coisas assim” (Francisco, 37 anos). Esse tipo de resposta revela uma proximidade com aquilo que Eisenberg e Strayer (1990) denominaram de angústia pessoal, pois o participante revela seu incômodo com a brincadeira e em nenhum momento destaca o sentimento da criança que brinca. O estado emocional do entrevistado (irritado) revela-se incongruente com o estado emocional da criança.

Respostas de Sentimentos Positivos

Uma outra resposta centrou-se no estado emocional positivo do participante: “Eu sinto felicidade” (Osmar, 73 anos). É expresso o estado emocional que a brincadeira da criança gerou. Aqui não foi revelada diretamente a condição emocional da criança. Contudo, os sentimentos positivos expressos pelos participantes mostram-se congruentes com o comportamento lúdico dela.

O que você sente quando vê uma criança chorando?

Resposta de Angústia Pessoal

Um participante afirmou que sente “muita dor e tristeza” (Osmar, 73 anos). Esse tipo de declaração parece ligado a uma focalização sobre os próprios sentimentos aversivos, indicando assim angústia pessoal (Eisenberg e Strayer, 1990).

Resposta Empática

Duas respostas denotaram empatia por parte dos participantes. Um deles enfatizou que “Que ela tá com

algum problema” (Flávio, 37 anos), e outro afirmou: “Quer dizer que aí depende. Tem que ver que não caiu, não se machucou, ou tá com um gesto que tá doente... se é que com um jeito que tá doente, tem que levar no posto de saúde ou no hospital, né?” (Paulo, 73 anos).

A primeira resposta, embora não enfatize o estado emocional específico da criança, atesta que o participante pode identificar o desconforto dela expresso pelo choro, frisando a perspectiva da criança e não o seu próprio estado emocional. A segunda revela um sentimento empático do participante, ao notar e compreender a situação da criança.

Um dos participantes respondeu da seguinte forma: “Aí depende do, assim, o motivo que ela tá chorando, né. Tem crianças que choram porque não ganharam um iogurte, né. E tem crianças que choram porque tão com fome. Realmente. Aí vai depender” (Francisco, 37 anos). Nessa frase, fica implícita a ideia de que ele sente de forma dependente da plausibilidade do motivo, mas ainda assim ele é capaz de analisar a situação na qual a criança está.

O que você sente quando vê uma criança gritando?

Resposta de Angústia Pessoal

Uma das respostas relacionadas à angústia pessoal foi a seguinte: “Ah, eu sinto nervosismo. Me incomoda, eu sinto tristeza, dor” (Osmar, 73 anos). Nesse caso, está claro que há mais consideração ao incômodo pessoal do participante do que aos sentimentos da criança que grita, sugerindo que há nesse caso angústia pessoal (Eisenberg e Strayer, 1990).

Resposta Empática

Flávio (37 anos) responde: “Se ela tá gritando? Ah, se ela tá gritando, ela tá braba com alguma coisa, então a gente tem que conversar com ela, pra saber por que ela tá assim”. Um outro participante relatou que “Uai, como eu me sinto na minha memória, a criança tá alegre. Com a criança tando quieta, sentada, montada em cima de um banco alguma vai ter. Ou tá triste, ou tá doente. Agora, esteja brincando pulando, eu acho que nada tá existindo com ela” (Paulo, 70 anos). Nos dois, houve a focalização no estado emocional da criança o que revela um verdadeiro sentimento empático (Eisenberg e Strayer, 1990). A resposta de Francisco (37 anos) também expressou um comportamento empático:

É aquilo que eu te falei, né. Isso aí vai depender também. É porque eu também não sei qual é o motivo que ela tá gritando. Ela pode tá gritando por socorro, né. Ela tá gritando por socorro. Ela tá em apuros. Ela tá em emergência, né. Todo mundo é igual, na real, quando tá em apuros. Todo mundo grita.

As respostas variaram desde expressões genuínas de empatia, passando pelas respostas pragmáticas que não demonstraram nem os possíveis sentimentos da criança nem dos participantes, até aquelas que destacaram apenas os estados emocionais (aversivos ou positivos) dos participantes. A expressão de sentimentos aversivos (angústia pessoal) frente aos comportamentos infantis é preocupante, pois tais sentimentos podem levar os participantes a se engajar, como afirmam Eisenberg e Strayer (1990), em estratégias auto-orientadas ao lidar com os sentimentos do outro. Assim, ao lidar com situações estressantes com outros, nas quais a criança pode estar envolvida ou não, os abusadores podem sentir estados aversivos (angústia pessoal) gerados pela percepção dos estados emocionais desses outros. Esses estados aversivos dos abusadores podem diminuir sua capacidade empática, como demonstrou o estudo de Pithers (1999). Contudo, cabe lembrar que esta é uma apenas uma possibilidade, já que muitas dessas respostas podem ter sido dadas apenas no contexto da entrevista.

Por outro lado, as respostas de angústia pessoal não foram exclusivas, pois respostas empáticas também estiveram presentes. Fisher (in Webster e Beech, 2000) afirmou que muitos abusadores apresentam um índice normal de empatia geral. Esse aspecto, pelo menos em parte, foi visto nos resultados aqui apresentados, pois em várias situações eles foram capazes de “sentir com” as crianças (ou seja, serem empáticos). Pode-se questionar então, se os déficits de empatia estão mesmo associados às situações de abuso como mostram alguns estudos (Pithers, 1999; Webster e Beech, 2000). Estes mesmos autores respondem a este questionamento, sugerindo que o que aconteceria nos casos de abuso contra crianças, seria um déficit de empatia com uma vítima específica, ou quanto um grupo específico de pessoas como o de mulheres, ou crianças (Smallbone et. al, 2003) na qual haveria uma supressão dos sentimentos empáticos no momento do abuso, e não uma deficiência geral nos processos empáticos. Esse déficit específico em relação à vítima pode ter ocorrido com os participantes desta pesquisa, já que todos eles apresentaram alguma empatia nas situações descritas. Um estudo que verifique o estado emocional dos participantes nos momentos anteriores ao abuso, como fez Pithers (1999), pode ser útil para clarificar se houve a supressão dos sentimentos empáticos em decorrência da presença de condições afetivas aversivas por parte dos abusadores. Pesquisas que questionem como as relações com as vítimas se estabeleceram também são essenciais para que se entenda se esses déficits específicos realmente ocorrem. A construção de ferramentas de avaliação (escalas, questionários, entrevistas) que forneçam índices seguros de empatia

geral e específica com a vítima faz-se necessária. No entanto, estudos como esses, são mais facilmente conduzidos junto a abusadores que reconheçam que tenham abusado das crianças, o que não foi o caso da maioria dos participantes deste estudo, pois, assim eles falariam mais prontamente sobre a real relação entre eles e as crianças.

Estudos que usam autorrelatos sobre empatia podem apresentar algumas limitações metodológicas, pois algumas pessoas tendem a responder ao instrumento de modo mais empático apenas para estar de acordo com o que é desejável socialmente, ou seja, para impressionar o(a) pesquisador(a) (Batson, 1990). Assim, as respostas podem não ser fidedignas. A questão da influência da desejabilidade social é potencializada quando as pessoas estão em uma situação de avaliação psicológica para fins de processo judicial, como são os casos entrevistados neste estudo. Isto acontece, pois os participantes tentarão falar sobre si mesmos, de modo a elaborar uma auto-imagem positiva para os entrevistadores, a fim de que o parecer seja favorável a não condenação. O estudo apresentou ainda como limitações o fato de ter questionado aos abusadores como eles se sentiam em relação as situações indicadas e não o que eles acreditavam que as crianças estavam sentindo. Contudo, isso parece ser mais um indício que a capacidade empática geral de homens acusados de abuso sexual parece estar preservada já que mesmo diante da pergunta enfatizando o que eles sentiam, eles foram capazes de descentralizar a visão sobre si mesmos. Destaca-se ainda que não se questionou sobre nenhuma situação que envolvesse situações nas quais os próprios participantes fossem autores de algum dano a crianças, ou mesmo situações que envolvessem uma situação mais concreta de qualquer dano contra elas.

Por fim, este estudo revela a capacidade empática dos homens acusados de abuso sexual entrevistados neste estudo, demonstrando que conservam esta característica psicológica positiva, pelo menos como resposta socialmente esperada. A habilidade empática seria, assim, um aspecto a ser estimulado durante um processo de psicoterapia e enfatizado em programas de prevenção e intervenção, para evitar comportamentos abusivos futuros.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*, (2ª ed.). São Paulo: Edições 70/Livraria Martins Fontes.
- Batson, C.D. (1987). Prosocial motivation: Is it ever truly altruistic? In L. Berkowitz. *Advances in experimental social psychology* (pp. 65-12). New York: Academic Press.
- Batson, C.D. (1990). Adults' emotional reactions to the distress of others. In N. Eisenberg, & J. Strayer, *Empathy and its development* (pp. 163-185). New York: Cambridge University Press.
- Blake, E., & Gannon, T. (2008). Social Perception Deficits, Cognitive Distortions, and Empathy Deficits in Sex Offenders. *Trauma, Violence, & Abuse*, 9, 1, 34-55.
- Burke, D.V. (2001). Empathy in sexually offending and nonoffending adolescent males. *Journal of interpersonal violence* 16, 3, 222-233.
- Eisenberg, N. (2002). Empathy-related emotional responses, altruism, and their socialization. In R.J. Davidson, & A. Harrington. *Visions of compassion: Western scientists and Tibetan Buddhists examine human nature* (pp. 131-164). London: Oxford University Press.
- Eisenberg, N., & Strayer, J. (1990). Critical issues in the study of empathy. In N. Eisenberg, & J. Strayer. *Empathy and its development* (pp. 3-16). New York: Cambridge University Press.
- Eisenberg, N., & Miller, P. (1990). Empathy, sympathy and altruism: empirical and conceptual links. In N. Eisenberg & J. Strayer. *Empathy and its development* (pp. 292-338). New York: Cambridge University Press.
- Feschbach, N.D. (1990). Parental empathy and child adjustment/maladjustment. In N. Eisenberg & J. Strayer. *Empathy and its development* (pp. 271-291). New York: Cambridge University Press.
- Johnson, S.A. (2006). Introduction. In S.A. Johnson. *Physical abusers and sexual offenders: Forensic and clinical strategies* (pp. xv-xxi). New York: Taylor & Francis.
- La Fond, J. (2005). *Preventing sexual violence: How the society should cope with sex offenders*. Washington: American Psychological Association.
- Monto, M., Zgourides, G., Harris, R. (1998). Empathy, self-esteem and the adolescent sexual offender. *Sexual abuse: A journal of research and treatment*, 10, 2, 127-140.
- Picazio, C. (1998). *Sexo secreto: Temas polêmicos de sexualidade*. São Paulo: Summus.
- Pithers, W.D. (1999). Empathy: Definition, enhancement and relevance to the treatment of sexual abusers. *Journal of Interpersonal Violence*, 14, 3, 257-284.
- Smallbone, S.W., Wheaton, J., & Hourigan, D. (2006). Trait empathy and criminal versatility in sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 15, 1, 49-60.
- Silva, A.M.A.S. (2002). Violência contra crianças – Quebrando o pacto do silêncio. In D. Ferrari & T.C.C. Vecina. *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática* (pp. 73-140). São Paulo: Ágora.
- Webster, S.D., & Beech, A.R. (2000). The nature of sexual offenders' affective empathy: A grounded theory analysis. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 12, 4, 249-261.

Recebido em: 02/06/2009. Aceito em: 12/02/2010.

Autores:

Andreína da Silva Moura – Andreína Moura possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2005) e mestrado também em psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Atualmente é pesquisadora (doutorado) nesta mesma universidade. Tem experiência na área de sexualidade, violência e situações de vulnerabilidade.

Silvia Helena Koller – Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul 1990; Professora Honorária da Universidad de Chiclayo, Peru e da Universidad Autónoma de Peru; Orientadora de Doutorado e Mestrado; Coordenadora do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua 1994. Publicações em revistas e livros internacionais e nacionais. Membro titular e Coordenadora do Comitê de Assessoramento de Psicologia e Serviço Social do CNPq (CA-PS) e da Comissão de Assessoramento Técnico-Científico do CNPq (CATC).

Enviar correspondência para:

Andreína da Silva Moura
Rua Albion, 402, apto 1123, Bloco B4 – Bairro Partenon
CEP 91530-010, Porto Alegre, RS, Brasil
E-mail: <andreinamoura@yahoo.com.br>